

RELATO FINANCEIRO

2021

Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização

ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

RELATO FINANCEIRO

Introdução	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA	6
INVESTIMENTOS	11
COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES	23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Fluxos de Caixa

Notas

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Posteriormente, na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI VALORIZAÇÃO

- O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização financia planos de pensões de benefício definido, de contribuição definida e mistos.
- Durante o ano de 2021 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização ascendia a 275,242,558 euros.

INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

FUNDO DE PENSÕES ABERTO BPI VALORIZAÇÃO

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

Valores em euros

Valor do Fundo em 31.12.2020	253,022,708
Contribuições	13,009,890
Benefícios pagos	(5,831,314)
Transferências	1,452,786
Prémio de Seguros	(51,658)
Rendimento Líquido	13,640,146
Valor do Fundo em 31.12.2021	275,242,558

RELATO FINANCEIRO

EUA

Apesar de um ano ainda afetado pela pandemia, a atividade económica nos EUA recuperou de forma considerável em 2021 (estima-se que o PIB tenha crescido 5.4% no conjunto do ano), tendo alcançado os níveis pré-pandemia no 2T 2021. De igual modo, o mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, com a taxa de desemprego a cair para os 3.9% no final do ano e uma criação média mensal de 537,000 postos de trabalho. Estes dados indicam que o mercado de trabalho estará próximo de atingir níveis compatíveis com o pleno emprego, provavelmente com uma taxa de participação estruturalmente inferior ao nível pré-pandemia. A recuperação notória da atividade, o baixo desemprego e os níveis elevados da taxa de desvinculação (quit rate) contribuíram para dificuldades persistentes no preenchimento das vagas de emprego disponíveis, colocando pressão adicional sobre os salários, uma dinâmica particularmente preocupante num contexto de inflação já elevada. De facto, a taxa de inflação nos EUA surpreendeu em 2021, atingindo os 7.0% em dezembro (4.7% no conjunto do ano). Para este comportamento têm contribuído a escassez do lado da oferta, devido às perturbaçõ es nas cadeias de produção mundial, e os aumentos salariais. Perante este cenário, a Fed abandonou o conceito de transitoriedade para descrever a inflação elevada e anunciou uma aceleração do *tapering* e início da subida das taxas já em 2022.

Para 2022, espera-se que a economia norte-americana desacelere para 3.5%, com o cenário condicionado pela evolução da pandemia e os impactos que ela poderá ter no agravamento dos atuais problemas das cadeias de fornecimento global. A inflação irá marcar a agenda económica em 2022 nos EUA, o que explica a recente atitude *hawkish* da Fed, apesar dos riscos que a pandemia impõe no cenário de crescimento. A inflação estará particularmente pressionada nos primeiros meses de 2022, devido ao custo crescente dos inputs perante a persistência de estrangulamentos e aumento dos custos da mão de obra. A segunda metade do ano trará uma desaceleração, com a nossa expectativa de que, no conjunto do ano, a inflação se situe em 5.1%. Entretanto, a Fed irá, a partir de janeiro, acelerar o ritmo do *tapering* (o ritmo de redução das compras mensais será de 30,000 milhões de dólares) e antecipará o fim das compras líquidas de ativos para março. As taxas de juro deverão sofrer três subidas em 2022, terminado o ano em 1.0%.



RELATO FINANCEIRO

ZONA EURO

A economia da área do euro terá crescido 5.1% em 2021, um ritmo insuficiente para compensar a queda de 6.5% ocorrida em 2020. De facto, a região ainda foi fortemente afetada pela pandemia, com avanços desiguais na vacinação (entre os 90% em Portugal e os 48% na Eslováquia) e com o aparecimento, no final do ano, de uma nova variante, que obrigou alguns países a adotarem medidas mais restritivas. A isto juntou-se, nos últimos meses do ano, um agravamento acentuado dos custos com a energia e os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais, fator que afetou, de forma muito mais crítica, as economias mais industriais, como o caso da economia alemã. Neste contexto, a taxa de inflação aumentou para 2.6% no conjunto do ano, com a taxa de inflação a atingir os 5.0% homólogo em dezembro. Para além do aumento dos preços da energia e dos estrangulamentos, concorrem também os efeitos de base do corte temporário do IVA na Alemanha no segundo semestre de 2020. Ainda assim, de forma distinta ao que acontece nos EUA, as pressões do lado do mercado de trabalho não estão ainda a ocorrer na Zona Euro. Neste contexto, o BCE continua a indicar o carácter temporário do aumento dos preços para não subir as taxas de juro no curto prazo.

O ano de 2022 deverá voltar a ser de crescimento considerável (prevemos 4.1%), ainda que o 1T traga desafios consideráveis relacionados com a expansão da variante Ómicron e os estrangulamentos do lado da oferta. Além disso, e a nível europeu, é necessário considerar que alguns dos projetos incluídos nos planos nacionais de recuperação desenvolvidos ao abrigo do NGEU podem ter de ser adiados devido à falta de materiais, adiando as perspetivas de recuperação. Por sua vez, a taxa de inflação deverá continuar pressionada nos primeiros meses do ano, mas a pressão deverá diminuir após a primavera, à medida que os estrangulamentos globais sejam resolvidos e os preços energéticos abrandem, uma vez que, ao contrário dos EUA, os salários na Zona Euro estão contidos. Ainda assim, não é de menosprezar os riscos ascendentes para a nossa previsão da inflação de 2.8% para o ano, resultantes da possibilidade de maior persistência dos estrangulamentos e dos preços da energia, dos efeitos de segunda ordem derivados destes dois fatores, procura reprimida e transição energética. Do mesmo modo, importar acompanhar a evolução salarial, num contexto em que alguns países começam a reconhecer alguns problemas na procura de mão-de-obra. Do lado da política monetária, o bom



RELATO FINANCEIRO

desempenho da economia da Zona Euro e a persistência das pressões inflacionistas permitiram ao BCE anunciar o seu plano de redução de compras líquidas de ativos em 2022, embora com um objetivo consideravelmente menos agressivo do que o da Fed. Em particular, antecipou uma redução no ritmo de compras do PEPP (provavelmente para 50,000 milhões de euros por mês) no 1T 2022 e a sua cessação no final de março. Entretanto, planeia aumentar as compras de ativos líquidos do APP no 2T e 3T para 40,000 e 30,000 milhões de euros, respetivamente, para regressar aos 20,000 milhões em outubro. Ainda assim, o BCE mantém a flexibilidade e disponibilidade para atuar caso a economia dê sinais de fragilidade ou a pandemia agrave substancialmente.



RELATO FINANCEIRO

PORTUGAL

A COVID-19 ainda dominou o ano 2021, com um crescimento muito significativo de casos no início do ano e novo confinamento restrito. Depois disso, o processo de vacinação avançou a um bom ritmo, permitindo que chegássemos ao final do ano com quase 90% da população completamente vacinada. Num contexto de menores restrições e perante o sucesso da vacinação, de acordo com as nossas projeções, o PIB terá crescido 4.3% no conjunto de 2021, uma recuperação forte, mas insuficiente para recuperar os níveis pré-pandemia. Entretanto, o aparecimento da nova variante Ómicron, que obrigou a medidas adicionais nos últimos dias do ano, a crise energética e os problemas das cadeias de abastecimento globais terão contribuído para a desaceleração económica no final do ano. Por seu lado, o mercado de trabalho manteve-se imune à pandemia, um comportamento explicado pelas medidas de apoio ao emprego e o recurso ao teletrabalho. De facto, o emprego aumentou em 2021 e ultrapassou os níveis pré-pandemia, enquanto a taxa de desemprego se estima em 6.6% no conjunto de 2021 (7.0% em 2020). Ainda que de forma menos acentuada do que noutros países, também a taxa de inflação acelerou nos últimos meses do ano, atingindo os 2.7% em dezembro, um comportamento explicado pelo aumento dos preços da energia e alimentos; ainda assim, para o conjunto do ano, fixouse em 1.3%. Por outro lado, a pandemia parece não ter qualquer efeito sobre o mercado imobiliário residencial, antecipando-se que os preços tenham crescido quase 8% no conjunto do ano, um contexto favorecido pelo ambiente de baixas taxas de juro, elevadas poupanças e procura por ativos rentáveis, e investimento de estrangeiros; a construção continua a evoluir favoravelmente e não existem sinais de excesso de oferta no mercado residencial. O ano ficou ainda marcado pela não aprovação da Proposta de Orçamento de Estado para 2022, levando à dissolução do Governo e marcação de eleições legislativas antecipadas para final de janeiro de 2022.

Para 2022, esperamos que a economia cresça 4.9%, com o apoio do turismo, dos fundos europeus, e canalização para consumo de poupanças acumuladas nos períodos de confinamento mais restrito. A pandemia, o risco de prolongamento da crise energética e dos problemas das cadeias de abastecimento globais manter-se-ão uma fonte de incerteza, mas o espírito é de confiança: as questões da crise energética e estrangulamentos devem estar resolvidas na segunda metade do ano e a possibilidade de adaptar as vacinas já existentes às novas variantes convidam-nos a pensar que



RELATO FINANCEIRO

apenas se assistirá a episódios pontuais de maior incerteza, sem um efeito persistente na atividade económica. O emprego continuará a aumentar, mas a um ritmo menor, reforçando os sinais de falta de trabalhadores em alguns sectores de atividade; esperamos que a taxa de desemprego caia para 6.1%. A taxa de inflação ainda continuará pressionada nos primeiros meses do ano, devido aos custos das matérias-primas e da energia, contribuindo para uma inflação média anual de 2.2% em 2022. No mercado imobiliário, o fim dos Vistos Gold em Lisboa e Porto e algum arrefecimento da procura doméstica contribuirão para a desaceleração dos preços (antecipamos 4.0% para o conjunto do ano).



RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0%	25%	55%	MSCI Europe Total Return Net Euro
Obrigações Taxa Fixa	10%	30%	70%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return
Obrigações Taxa Variável	0%	25%	50%	Euribor 3 meses
Retorno Absoluto	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Imobiliário	0%	10%	20%	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return
Liquidez	0%	5%	20%	Euribor 3 meses
Total	-	100%	-	-

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.



RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (https://www.unpri.org/about).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.

BPI VIDA E PENSÕES Grupo X CaixaBank



RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo
 com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de
 incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

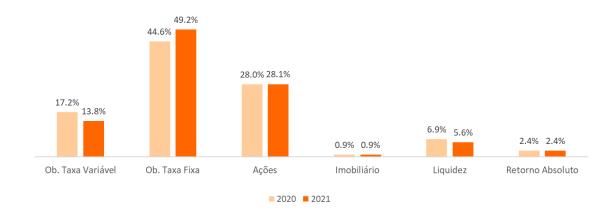
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.



RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2021 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:





RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre



RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização com a alocação a 31.12.2021:

Ativos	Política de I	nvestimento	Alocação	Controlo
Ativos	Limite Mínimo	Limite Máximo	31.12.2021	Controlo
Ob. Taxa Variável	0.0%	50.0%	13.8%	Cumpre
Ob. Taxa Fixa	10.0%	70.0%	49.2%	Cumpre
Ações	0.0%	55.0%	28.1%	Cumpre
Imobiliário	0.0%	20.0%	0.9%	Cumpre
Liquidez	0.0%	20.0%	5.6%	Cumpre
Retorno Absoluto	0.0%	20.0%	2.4%	Cumpre

A carteira de Ativos tem posições abertas em derivados de cobertura que podem alterar a afetação das classes de ativos.

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade <i>Benchmark</i>
Nos últimos 5 anos	3.2%	4	2.9%
Nos últimos 3 anos	5.5%	4	4.8%
Nos últimos 12 meses	6.0%	3	4.3%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observações

O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

Rendibilidade efetiva = $(UP_f/Up_i) - 1$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

Up_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

Rendibilidade anualizada = (1 + rendibilidade efetiva) 365/n -1

Em que, n = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

Volatilidade =
$$\sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1}\sum_{t=1}^{T}(r_t - \vec{r})^2}$$

Em que, r_t = rendibilidade etetiva semanal no período t

T= n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

r= média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

cl l Di	Intervalo da Volatilidade			
Classe de Risco	Maior ou Igual a	Menor que		
1	0.0%	0.5%		
2	0.5%	2.0%		
3	2.0%	5.0%		
4	5.0%	10.0%		
5	10.0%	15.0%		
6	15.0%	25.0%		
7	25.0%			

Baixo Risco					E	levado Risco
Remuneração	neração potencialmente mais baixa Remuneração potencialmente mais ele				mais elevada	
1	2	3	4	5	6	7



RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

O ano de 2021 revelou-se um ano de crescimento económico, com bom desempenho das empresas e recuperação global do consumo, assentes ainda em níveis de liquidez elevados, dadas as políticas expansionistas dos bancos centrais. Alguns constrangimentos nas cadeias de distribuição, por confinamentos pontuais e o disparar do consumo, resultaram na forte subida do custo das matérias-primas e consequentemente níveis de inflação acima do estimado, fator este amplamente debatido pelos diferentes bancos centrais e analisado como pontual e não estrutural.

Neste contexto a carteira registou uma rentabilidade de 6.03% que compara com 4.25% do índice de referência.

A classe de ações gerou uma contribuição positiva (6.48%) em termos absolutos, e acima do benchmark em parte devido à sobrexposição à classe. As decisões de diversificação geográfica adotadas ao longo do ano, em particular a exposição a ações americanas adicionou valor, ao contrário das restantes geografias. A carteira europeia apresenta uma performance acima do benchmark, devido à seleção dos diferentes estilos de investimento efetuada ao longo do ano.

A classe de obrigações de taxa fixa teve desempenho negativo em 2021, como resultado da subida das taxas de juro. Apesar disto, o contributo foi melhor que o do *benchmark*. O desempenho da dívida privada foi superior ao da classe de governos, fruto da exposição a crédito estar materializada em maturidades mais curtas. Adicionalmente, a menor exposição a dívida de governos, a maior inclinação das curvas (a carteira esteve subexposta aos prazos mais longos das curvas de governos), bem como a exposição a obrigações indexadas à inflação também contribuíram para o melhor desempenho relativo desta classe.

A classe de obrigações de taxa variável gerou uma contribuição positiva, resultante do estreitamento verificada nos spreads de crédito ao longo do ano, em particular dos títulos com maturidades mais curtas.

O investimento em retorno absoluto apresentou um contributo positivo, que teve origem na seleção de fundos *Equity long/short market neutral*.

7



INVESTIMENTOS RELATO FINANCEIRO

Por fim, a rubrica de liquidez registou uma contribuição que reflete as taxas de juro nos mercados monetários, que permaneceram negativas.



RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização, em 31.12.2021, os riscos materiais associados eram:

	Risco de Mercado				Risco Ir	nobiliário	Invest.
Acções	Obrigações	Câ	ìmbio	Risco de Crédito	Miscon	iiobiliai lo	Alternativos
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total	Credito	Diretos	Indiretos	Aiternativos
Х	Х	Х		Χ		Х	Х

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rendibilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O nível de cobertura das responsabilidades por serviços passados, em 31.12.2021, encontra-se descrito no quadro seguinte:

Valores em euros

Número da Valor da quota-		Cenário de finan	ciamento	Cenário mínimo do	e solvência
Adesão	parte do fundo	Responsabilidades passadas	•		Nível de cobertura
6	5,386,270	5,493,260	98%	5,493,260	98%
12	370,414	255,044	145%	59,148	626%
22	644,606	744,928	87%	641,022	101%
31	8,231,226	9,477,076	87%	6,598,944	125%
40	586,053	265,510	221%	209,840	279%
49	1,433,238	843,219	170%	843,219	170%
57	230,802	359,040	64%	158,969	145%
66	7,170,838	8,761,308	82%	6,421,425	112%
68	55,928,689	54,703,920	102%	54,703,920	102%
123	5,063,041	7,327,905	69%	4,258,375	119%
133	3,985,259	3,869,590	103%	2,386,445	167%
134	474,515	713,617	66%	436,103	109%
148	1,650,676	1,170,242	141%	1,170,242	141%
152	2,191,806	3,391,761	65%	1,357,481	161%
155	283,985	357,992	79%	165,363	172%
164	3,383,723	2,327,534	145%	1,336,200	253%

O Associado da adesão n.º 22 possui um plano de pensões financiado conjuntamente pela adesão em causa e por uma adesão ao Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança. O valor do fundo apresentado para a adesão n.º 22 inclui a respetiva quota-parte do Fundo de Pensões Aberto BPI Segurança.



COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES

RELATO FINANCEIRO

O Associado da adesão n.º 128 não pretende continuar a financiar o plano de pensões de benefício definido, encontrando-se em curso o processo de extinção desta adesão ao Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2022

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isobel Costelo Bacroco Isobel Servico



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstrações Financeiras

BPI ValorizaçãoFundo de Pensões Aberto

Demonstração da Posição Financeira

۷a	lores	em	EUR
----	-------	----	-----

otas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2021	31 dez 2020
	Ativo		
	Investimentos		
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	86.205.440	79.285.71
5	Títulos de dívida pública	59.312.866	64.650.05
5	Outros títulos de dívida	124.545.796	98.088.369
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	5.111.586	10.827.000
	Outras aplicações	-	
7	Outros ativos		
	Devedores		
	Outras entidades	778	32.483
	Acréscimos e diferimentos	640.490	634.846
	Total do Ativo	275.816.955	253.518.458
8	Passivo		
	Credores		
	Entidade gestora	531.218	449.096
	Estado e outros entes públicos	7.312	7.624
	Outras entidades	35.867	39.030
	Total do Passivo	574.397	495.750
	Valor do fundo	275.242.558	253.022.708
	Valor da unidade de participação	21,7369	20,5017

Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2021	31 dez 2020
9	Contribuições	21.543.541	27.763.222
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(12.912.179)	(20.119.926)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	13.522.462	2.144.915
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	2.052.607	2.090.075
13	Outras despesas	(1.986.581)	(1.597.158)
	Resultado líquido	22.219.850	10.281.129



Demonstração de Fluxos de Caixa

	Valores em EUR		
Notas	Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2021	31 dez 2020
	Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	Contribuições		
	Contribuições dos associados	12.931.330	11.214.720
	Contribuições dos participantes/beneficiários	78.560	111.735
	Transferências	8.533.651	16.436.766
	Transferências		
	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
	Pensões pagas	(4.528.555)	(3.645.529)
	Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
	Capitais vencidos (remições/vencimentos)	(1.282.178)	(1.785.652)
	Transferências	(7.080.865)	(14.665.590)
	Encargos inerentes ao pagamento das pensões e subsídios por morte	(25.441)	(24.706)
	Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(51.658)	(32.264)
	Indeminizações resultantes de seguros contratados pelo fundo		
	Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		
	Reembolsos fora das situações legalmente previstas		
	Devolução por excesso de financiamento		
	Remunerações		
	Remunerações de gestão	(1.712.736)	(1.382.631)
	Remunerações de depósito e guarda de títulos	(136.338)	(122.209)
	Outros rendimentos e ganhos	<i>(</i>	
	Outras despesas	(71)	(97)
	Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais _	6.725.699	10.042.206
	Fluxos de caixa das atividades de investimento		
	Recebimentos		
	Alienação / reembolso dos investimentos	281.312.512	377.073.709
	Rendimentos dos investimentos	2.046.963	2.443.102
	Pagamentos		
	Aquisições de investimentos	(295.791.778)	(378.660.274)
	Comissão de transação e mediação	(680)	(13.191)
	Outros gastos com investimentos	-	(512)
	Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(12.432.984)	(13.759.037)
	Variações de caixa e seus equivalentes	(5.707.285)	(3.716.831)
	Efeitos de alterações da taxa de câmbio	(8.130)	(467.839)



Caixa no ínicio do período de reporte

Caixa no fim do período de reporte

10.827.000

5.111.586

4.347.461

10.827.000

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização ("Fundo") iniciou a sua atividade a 24 de junho de 1993. Este Fundo permite adesões individuais e adesões coletivas. Relativamente às adesões coletivas, financia 115 planos de pensões de contribuição definida e 20 planos de pensões de benefício definido.

A última versão do regulamento de gestão data de 31 de dezembro de 2014, sendo a Entidade gestora, a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora" ou "BPI Vida e Pensões). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco BPI, S.A. ("Banco BPI").

2. Alterações ocorridas nos planos de pensões em 2021

Durante o exercício de 2021 não ocorreram as seguintes alterações:.

- Associada da adesão nº 173 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 174 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 175 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 176 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 177 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 178 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 179 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 180 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 181 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 182 Nova Adesão:
- Associada da adesão nº 183 Nova Adesão:
- Associada da adesão nº 184 Nova Adesão;
- Associada da adesão nº 12 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 33 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 64 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 79 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 82 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 91 Alteração do Plano de Pensões e inclusão de nova Associada;
- Associada da adesão nº 93 Alteração de Contrato Suspensão de contribuições;



- Associada da adesão nº 97 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 103 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 123 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 124 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 127 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 130 Alteração do Plano de Pensões;
- Associada da adesão nº 161 Alteração do Plano de Pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2020 e 2021 não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

• Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se



tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;

- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Entidade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.



Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de adesão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- Comissão de gestão: corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- Comissão de depósito: remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário
 dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a
 carteira de investimentos do Fundo.

4.4. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.5. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.6. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.



5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira do Fundo inclui Instrumentos de capital e unidades de participação, Títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 270.054.102 euros o que representa um aumento de 12% face ao existente no balanço a 31 de dezembro de 2020.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 640.490 euros referentes aos títulos de dívida detidos pelo Fundo, especializados na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

Valores em EUR

Valores em EUR		Mais/Menos	Mais/Menos		
Descrição dos títulos	Custo	Valias	Valias	Juro Corrido	31 dez 2021
	Aquisição	Contabilisticas	Cam biais	Corrido	
Instrumentos de capital e unidades de participação					
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	35.935.667	8.316.679	-	-	44.252.346
ETF-ISHARES EDGE MSCI ERP VALUE	10.574.815	1.746.186		-	12.321.001
ETF-AMUNDI INDEX MSCI EUROPE SRI U(XPAR)	6.289.873	1.402.540	-	-	7.692.414
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	6.180.220	356.748	-	-	6.536.968
ALLIANZ EUROPE EQUITY GROWTH-(OPEN FUND)	3.359.122	1.038.643	-	-	4.397.764
FIDELITY FUNDS - EUROPEAN DY (OPEN FUND)	3.733.154	622.005	-	-	4.355.159
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	3.411.245	166.872	-	_	3.578.117
BPI IMOFOMENTO - FII	2.189.270	40.743	-	_	2.230.013
IETF-IS. CORE MSCI EUROPE UCITS (AMS)	604.786	137.451	-	_	742.237
KANAM GRUNDINVEST FONDS	99.350	(23.689)	-	_	75.661
SEB IMMOINVEST	37.363	(13.602)	-	-	23.761
Total Instrumentos de Capital e Unidades de participação	72.414.865	13.790.575		-	86.205.440
Títulos de dívida pública					
DEUTSCHLAND I/L BOND 0,1% - 15.04.2026	7.974.426	163.441	_	5.045	8.137.867
BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND-0%-15.05.2035	5.238.501	(273.987)	_	0.010	4.964.514
FRANCE(GOVT OF)-2.5%-25.05.2030	4.754.095	(254.458)	_	56.049	4.499.637
BUONI POLIENNALI DEL TES-0.9%-01.04.2031	4.459.087	(228.403)	_	9.648	4.230.684
BONOS Y OBLIG ESTADO-1.25%-31.10.2030	3.864.833	(119.448)	_	7.312	3.745.385
CCTS EU-TV-15.09.2025	3.271.905	(7.605)	_	290	3.264.300
FRANCE(GOVT OF) -1.25%-25.05.2036	3.186.412	(251.246)	_	19.966	2.935.167
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.35%30.07.2033	2.977.232	(158.431)	_	23.598	2.818.801
FRANCE(GOVT OF) VL -0.7%-25.07.2030	2.720.188	9.094	_	6.645	2.729.282
CCTS EU-TV-15.04.2026	2.610.842	1.118	_	-	2.611.960
BUONI POLIENNA LI DEL TE-1.45%-01.03.2036	2.589.955	(177.617)	_	11.551	2.412.338
FINNISH GOV ERNMENT-1.125%-15.04.2034	2.262.013	(128.715)	_	15.306	2.133.298
REPUBLIC OF AUSTRIA-4.15%-15.03.2037	2.311.619	(187.799)	_	44.667	2.123.820
BPIFRANCE FINANCEMENT -0.125%-26.02.2027	1.739.690	(21.993)	_	1.793	1.717.697
FINNISH GOV ERNMENT-0.125%-15.04.2036	1.775.769	(115.056)	_	1.514	1.660.713
FRANCE (GOVT OF)-1.5%-25.05.2031	1.536.938	(70.395)	_	11.753	1.466.543
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	1.368.518	(73.802)	_	3.516	1.294.716
IRISH TREASURY -0.2%-18.10.2030	1.287.132	(54.684)	_	497	1.232.448
FRANCE (GOVT OF)-0.75%-25.05.2052	1.420.975	(214.889)	_	5.764	1.206.086
OT - 4.1% - 15.04.2037	1.266.576	(85.992)	_	23.364	1.180.584
BUONI POLIENNALI DEL TES-2.2%-01.06.2027	1.127.710	(28.698)	_	1.823	1.099.012
REGIAO AUTONOMA ACORES 1.85%- 21-08-2025	679.250	(2.711)	_	4.342	676.540
CASSA DEPOSITI E PRESTIT-1%-11.02.2030	617.760	(19.296)	_	5.310	598.464
REGIAO AUTONOMA ACORES-0.603%-21.07.2026	509.670	(1.585)	_	1.346	508.085
OTRV JULHO 2025	65.038	(112)	-	277	64.926
Total Títulos de dívida pública	61.616.133	(2.303.266)		261.376	59.312.866



Valores em EUR

Valores em EUR					
Descrição dos títulos	Custo	Mais/Menos Valias	Mais/Menos Valias	Juro	31 dez 2021
2000119110 1100 11111100	Aquisição	Contabilisticas	Cambiais	Corrido	0.002202.
Outros títulos de dívida					
SOGRAPE EM21 - 211122220126, .00%	5 500 000	-	-	-	5 500 000
BARCLAYS PLC-TV-12.05.2026	5 403 411	(1 439)	-	3 109	5 401 972
CREDIT SUISSE GROUP AG-TV-16.01.2026	5 266 005	(5 217)	-	4 799	5 260 788
SONAE 1027 - 211223220106, .00%	5 000 000	40.000	-	4.040	5 000 000
BANCO SANTANDER SA-TV-29.01.2026 HSBC HOLDINGS PLC-TV-24.09.2026	4 822 220 4 438 944	18 628 2 798	-	1 042 346	4 840 848 4 441 742
GALP ENERGIA SGPS SA-1%-15.02.2023	4 030 040	10 000	-	34 959	4 040 040
NATWEST GROUP PLC-TM-15.11.2025	3 678 470	(31 346)	-	3 403	3 647 124
COMMUNITY OF MADRID -0,997%-30.09.2024	3 659 914	(31 394)	-	8 795	3 628 520
LEASEPLAN CORPORATION N-0.25%-23.02.2026	3 491 092	(19 792)	-	7 455	3 471 300
BCP-4.5%-07.12.2027	3 257 628	79 299	-	9 764	3 336 927
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS-10.75%-PERP	3 292 530	(217 380)	-	-	3 075 150
GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-23.09.2027	3 060 780	(9 300)	-	275	3 051 480
BANK OF AMERICA CORP-TV-24.08.2025 IMERYS SA-2%-10.12.2024	3 054 615 2 987 600	(8 115) (60 788)	-	1 344 3 222	3 046 500 2 926 812
PSA BANQUE FRANCE-0%-22.01.2025	2 895 002	(14 084)	-	5 222	2 880 918
EDP FINANCE BV-2%-22.04.2025	2 709 750	(51 525)	_	34 658	2 658 225
BANKINTER SA-0.875%-08.07.2026	2 666 300	(30 836)	-	10 970	2 635 464
NOS SGPS-1.125%-02.05.2023	2 652 780	(24 180)	-	19 473	2 628 600
SERVICIOS MEDIO AMBIEN-0.815%-04.12.2023	2 552 110	(21 335)	-	1 507	2 530 775
ASAHI GROUP HOLDINGS LT-0.01%-19.04.2024	2 503 525	(5 725)	-	175	2 497 800
BANK OF AMERICA CORP-TV-22.09.2026	2 448 781	(8 773)	-	247	2 440 008
GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-19.03.2026	2 028 360	3 140	-	251	2 031 500
WINTERSHALL DEA FINANC-0.452%-25.09.2023 MIZUHO FINANCIAL GROUP-0.184%-13.04.2026	2 020 000 1 998 400	(7 080)	-	2 402 2 652	2 012 920 1 984 000
GLENCORE FINANCE EUROP-0.625%-11.09.2024	1 931 350	(14 400) (14 174)	-	3 611	1 904 000
ING GROEP NV-TM-03.09.2025	1 806 030	(8 154)	-	587	1 797 876
FCA BANK SPA IRELAND-0%-16.04.2024	1 599 688	(4 392)	-	-	1 595 296
UNICREDIT SPA-TM-20.01.2026	1 574 010	(1 101)	-	17 581	1 572 909
CONTI-GUMMI FINANCE B2.125%-27.11.2023	1 585 245	(27 960)	-	2 969	1 557 285
TOYOTA MOTOR FINANCE BV-0%-27.10.2025	1 494 255	(4 440)	-	-	1 489 815
REFER-REDE FERROVIARIA-4.675%-16.10.2024	1 541 839	(63 492)	-	12 655	1 478 347
CIA ESPANOLA DE PETROL-1%-16.02.2025	1 422 162	(252)	-	12 197	1 421 910
RCI BANQUE SA-0.5%-15.09.2023 SOCIETE GENERALE-TM-30.06.2031	1 406 258 1 391 548	2 702 4 099	-	2 052 7 940	1 408 960 1 395 646
MEDIOBANCA DI CRED FIN-1.625%-07.01.2025	1 377 090	(27 183)	-	20 720	1 349 907
DEUT PFANDBRIEFBANK AG-0.25%-27.10.2025	1 296 802	(598)	_	579	1 296 204
SNAM SPA-0%-15.08.2025	1 202 376	(11 004)	-	-	1 191 372
AMADEUS IT GROUP SA-2.5%-20.05.2024	1 073 270	(23 030)	-	15 411	1 050 240
BANCO DE SABADELL SA-1.625%-07.03.2024	1 041 190	(12 890)	-	13 312	1 028 300
BRISA CONCESSÃO RODOV.SA-2%-22.03.2023	1 041 580	(17 590)	-	15 562	1 023 990
IBERDROLA INTL BV-TM-PERP.	1 028 080	(11 250)	-	12 682	1 016 830
LLOY DS BANKING GROUP PLC-TM-12.11.2025	1 014 230	(4 230)	-	671	1 010 000
NOS SGPS-2015-2022	1 019 600	(16 220)	-	4 539	1 003 380
UNIBA IL-RODA MCO-WESTFL-0.625%-04.05.2027 HSBC HOLDINGS PLC-TM-13.11.2026	995 030 1 012 200	6 730 (15 460)	-	4 127 406	1 001 760 996 740
VONOVIA SE-0%-16.09.2024	1 001 933	(6 323)	_		995 610
BECTON DICKINSON AND C-0.034%-13.08.2025	1 000 000	(7 560)	-	130	992 440
ENEL SPA-TM-24.05.2080	985 050	(20 052)	-	19 073	964 998
SUEZ-TM-PERP	948 024	(11 880)	-	18 148	936 144
LSEG NETHERLANDS BV-0%-06.04.2025	900 756	(3 654)	-	-	897 102
POSCO-0.5%-17.01.2024	800 928	712	-	3 814	801 640
TOTALENERGIES SE - TM-PERP	800 000	(8 624)	-	12 110	791 376
GALP GAS NATURAL DIS.1.375%-19.09.2023 ENGIE SA-TM - PERP	723 625	(8 659)	-	2 716	714 966
ENGL SPA-TM-PERP	710 535 694 631	(13 335)	-	892 3 006	697 200 682 717
BANCO SANTANDER SA-TV-11.05.2024	609 060	(11 914) 1 812	-	546	610 872
CARREFOUR BANQUE-0.107%-14.06.2025	600 000	(4 662)	-	352	595 338
EDA EM 288 - 211025220124, .00%	500 000	-	-	-	500 000
ALD SA-0%-23.02.2024	499 316	444	-	-	499 760
ENI SPA-TM-PERP	468 765	(3 042)	-	11 392	465 723
CREDIT AGRICOLE SA-TM-05.06.2030	313 041	(4 095)	-	2 791	308 946
CONTI-GUMMI FINANCE B1.125%-25.09.2024	310 221	(2 799)	-	897	307 422
HARLEY-DAVIDSON FINL S-3.875%-19.05.2023	216 746	(6 560)	-	4 799	210 186
Total Títulos de	dívida 125 354 719	(808 924)	 -	379 114	124 545 796
Total Titulos de C		,000 024)		<u> </u>	545 756



Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Entidade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.



No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização é o *Value-at-Risk*. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias. Em 31 de dezembro de 2021, o *Value-at-Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
4,36	12.005.463	3,36	1,01	_

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica referia-se a depósitos domiciliados no Banco BPI com o seguinte detalhe:

Valores em EUR			
Descrição		31 dez 2021	31 dez 2020
Depósitos à ordem		5.111.586	10.827.000
	Total	5.111.586	10.827.000

7. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica respeita essencialmente a valores a regularizar de derivados e nos Acréscimos e Diferimentos estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida.

Valores em EUR		
Outros ativos	31 dez 2021	31 dez 2020
Derivados	-	28.523
Outras entidades		
OPL	-	3.184
Outros	777	777
Devedores	777	32.483
Juros a receber (Nota 5)	640.490	634.846
Acréscimos e diferimentos	640.490	634.846
Total	641.267	667.329



8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica respeita a valores a pagar à Entidade Gestora pela Comissão de Gestão Financeira foram regularizadas no exercício seguinte.

Valores em EUR

Passivo		31 dez 2021	31 dez 2020
Entidade gestora		531.218	449.096
Estado e outros entes públicos		7.312	7.624
Outras entidades			
Comissões		35.850	32.874
OPL		-	1.591
Outros		17	4.565
C	redores	574.397	495.750
	Total	574.397	495.750

9. Contribuições

Durante o exercício de 2021, as contribuições efetuadas foram superiores ao estimado, conforme se apresenta na tabela abaixo:

Valores em EUR

Contribui	Diferença	
Estimado (1)	Efetivo (2)	(2) - (1)
13.005.643	13.009.890	4.246

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os Associados e os participantes efetuaram as seguintes contribuições:

Valores em EUR

Valores em 20	Contribuições			
Associados Participantes Transferências Tot				2020
12.931.330	78.560	8.533.651	21.543.541	27.763.222

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

Valores em EUR

Pensões		31 dez 2021	31 dez 2020
Pensões Gerais		3 597 557	2 716 117
Pensões de velhice		583 270	586 010
Pensões de invalidez		99 772	109 109
Pensões de viuvez		181 355	190 296
Pensões Flexíveis - IRS		11 002	1 514
	Pensões	4 472 957	3 603 046
Transferências		7 080 865	14 665 590
Remissões		1 277 629	1 790 704
Reembolso Capital IRS		53 603	25 255
Contribuições SAMS		25 437	24 484
Pré-reforma antecipada		1 684	10 475
Outros		3	372
	Outros	8 439 222	16 516 880
	Total	12 912 179	20 119 926

A diminuição face a 2020 está relacionado com processos de transferência de outros fundos.



11. Ganhos Líquidos dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR		2021					
Ganhos Liquidos	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	2020
Mais Valias Menos Valias	16.860.091 (37.291)	385.496 (2.853.398)	277.898 (1.092.479)	1.265 (582)	(155) (18.382)	17.524.595 (4.002.133)	15.523.881 (13.378.966)
Total	16.822.800	(2.467.902)	(814.582)	683	(18.537)	13.522.462	2.144.915

Face ao exercício de 2020, verificou-se um aumento nas mais valias e uma redução das menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos, com maior impacto nos instrumentos de capital.

12. Rendimentos Líquidos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas têm a seguinte composição:

Valores em EUR		
Investimentos	31 dez 2021	31 dez 2020
Outros títulos de dívida	1.781.438	1.828.482
Instrumentos de capital	207.430	157.539
Títulos de dívida pública	63.724	104.054
Numerário	15	-
Total	2.052.607	2.090.075

A variação do valor dos rendimentos gerados pelos títulos de dívida detidos pelo Fundo face a 2020 é praticamente nula.

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar o pagamento das comissões à Sociedade Gestora e ao Banco Depositário.

O detalhe das comissões registadas nos exercícios de 2021 e 2020 é conforme segue:

Valores em EUR					
Outras Despesas	31 dez 2021	31 dez 2020			
Comissões de Gestão Financeira	1.619.782	1.001.519			
Comissão de Depósito	139.315	123.478			
Comissões de Incentivo	52.764	5.899			
Comissões de Corretagem	-	19.756			
Comissões	1.811.861	1.150.652			
Outras Despesas	101.578	387.544			
Imposto selo s/ comissões	68.845	55.220			
Taxa para I.S.P.	4.298	3.741			
Impostos e taxas	174.720	446.505			
Total	1.986.581	1.597.158			



As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio
Financeira Todo	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor
	10005	do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo To	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida
		pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do
		Fundo sob gestão.
Atuarial Plano Bl	Dana PD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo
	FIAITO DD	IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios Plano CD	Plana CD	A comissão é calculada em função do número de processos
	FIAITO CD	tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

14. Eventos subsequentes

O Associado da adesão $\rm n.^{0}$ 128 encontra-se em processo de extinção.





Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 108, 1. B 1070-067 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710

www.bakertilly.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização ("Fundo"), gerido pela BPI Vida e Pensões Companhia de Seguros, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 275.816.955 euros e um valor do Fundo de 275.242.558 euros, incluindo um resultado líquido de 22.219.850 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 270.064.102 euros, correspondente a cerca de 98% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza intrínseca daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.



A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre estes ativos, os registos contabilísticos e a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2021;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada



com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (vii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019. Fomos renomeados pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora em 16 de julho de 2020, e em 26 de outubro de 2021 para os anos de 2020 e 2021.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 22 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.



- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 11/2020-R, de 3 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Lisboa, 22 de março de 2022

PAULO JORGE
DUARTE GIL
GALVAO
ANDRE

Digitally signed by
PAULO JORGE DUARTE
GIL GALVAO ANDRE
Date: 2022.03.22
17:22:21 Z

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda. Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André